LUKÁCS: PENSAR A ÉTICA A PARTIR DE MARX¹

LUKÁCS: THINKING ETHICS FROM MARX

Ana Selva Castelo Branco Albinati*

RESUMO

O artigo pretende apresentar o desenvolvimento que Georgy Lukács realiza a partir da obra de Marx, compreendida como portadora dos princípios de uma ontologia do ser social, no sentido de esclarecimento da gênese e das relações entre as categorias constituintes da dimensão ética.

PALAVRAS-CHAVE: Ontologia do Ser Social; Ética; Valor; Causalidade; Teleologia

ABSTRACT

The article intends to present the work done by Geogy Lukács, which has its origins in Marx's work, viewed as the foundation of an ontology of social being, to define the origin and the relations between the categories of the ethic dimension.

KEYWORD: Ontology of Social Being; Ethic; Value; Causality; Teleology

¹ O presente artigo é um dos resultados do desenvolvimento do projeto de pesquisa revisão Crítico-Materialista da Bioética, o qual conta com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

* Professora-doutora do Departamento de Filosofia da PUC MINAS. Email. anaselva@superig.com.br

1. A ANÁLISE DA MORALIDADE EM MARX

Trabalhar o tema da ética a partir de Marx pode soar estranho a quem reconheça Marx “apenas” como um teórico crítico da economia e da sociedade capitalista. No entanto, a sua preocupação com a ciência da economia e a ciência política se desenvolvem a partir de uma questão que se coloca desde o início de sua produção teórica: a compreensão do indivíduo como ser social e a conseqüente questão da emancipação humana, temas fundamentalmente filosóficos que recebem de Marx uma reflexão original, na medida em que encontram na elucidação da forma da sociabilidade o seu chão concreto.

Nesse sentido, acompanhamos a compreensão de Lukács, segundo a qual, em sua fase de maturidade, dedicada aos estudos da economia, "Marx não se tornou 'menos filósofo', mas ao contrário, aprofundou notavelmente, em todos os campos, suas visões filosóficas." (LUKÁCS, 2012, p.290)

No percurso de formação de seu pensamento, Marx realiza um acerto de contas com a filosofia e a ciência de sua época, acerto de contas caracterizado por José Chasin (2009) como críticas ontológicas que se dirigem à política e à filosofia especulativa, em um primeiro momento e, logo após, à economia.

A primeira dessas críticas se dá em relação à política, em função do próprio itinerário do autor, levado pelas questões com as quais se viu envolvido quando de seu trabalho na *Gazeta Renana*, e às quais não conseguiu dar uma resposta satisfatória.

Se na elaboração da *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, de 1843, Marx explicita a contraposição ao entendimento hegeliano do Estado monárquico como expressão máxima da racionalidade, logo na sequência, na Introdução a esse próprio texto, escrita posteriormente, começa a esboçar, nas palavras de Chasin, a determinação onto-negativa da politicidade, cujo desenvolvimento pode ser acompanhado nos textos imediatamente seguintes, *Questão Judaica* e *Glosas Críticas Marginais ao artigo ‘O Rei da Prússia e a Reforma Social’*, de 1844.

A crítica à filosofia especulativa também se inicia na *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. De fato, a crítica que primeiramente se dirige à política vai desembocar em uma nova base ontológica que, a partir de então, passa a orientar a reflexão marxiana, e que, em

consequência, levará ao desvelamento e à recusa do modo de reflexão idealista. A emergência dessa virada ontológica é reconhecida posteriormente pelo próprio Marx, quando, no prefácio de 59 à *Contribuição à crítica da economia política*, afirma que:

Nas minhas pesquisas cheguei à conclusão de que as relações jurídicas – assim como as formas de Estado - não podem ser compreendidas por si mesmas, nem pela dita evolução geral do espírito humano, inserindo-se, pelo contrário, nas condições materiais de existência de que Hegel, à semelhança dos ingleses e franceses do século XVIII, compreende o conjunto pela designação ‘sociedade civil.’ (MARX, 2003, p. 4)

Se a crítica à politicidade surge desde então enlaçada com a crítica à filosofia especulativa, na seqüência estas apontarão necessariamente para a crítica da economia política. Na continuidade da citação acima, o autor acrescenta que: “Por seu lado, a anatomia da sociedade civil deve ser procurada na economia política.” (MARX, 2003, p.4-5)

Marx é, portanto, levado à crítica da economia política por força das próprias descobertas no plano ontológico que doravante passam a sustentar a sua reflexão. Na crítica à economia política, inicialmente desenvolvida nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, é que se encontram as determinações essenciais do autor no que se refere à compreensão do processo de autoconstrução do ser social. Isso porque, como bem compreendeu Lukács, “pela primeira vez na história da filosofia, as categorias econômicas aparecem como as categorias da produção e da reprodução da vida humana, tornando assim possível uma exposição ontológica do ser social sobre bases materialistas.” (LUKÁCS, 2012, p.284-85)

A partir dessas três críticas, emerge como resultado, uma reflexão centrada na determinação do homem como ser social sensível e ativo, que se autoconstrói na atividade concreta em meio à sociabilidade, elemento inalienável da determinação do humano.

Nessa perspectiva, o pensamento, a consciência, é uma das manifestações dos indivíduos em sua interatividade social. Ao afirmar a determinação social do pensamento, Marx contrapõe à abstratividade especulativa o fato de que a consciência não existe pairando sobre a realidade, mas sim é um atributo, um predicado de um ser concreto, uma manifestação dos sujeitos sociais. Nas palavras de Marx,

A produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens ainda aparece, aqui, como emanção direta de seu comportamento material. O mesmo vale para a produção espiritual, tal como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica, etc. de um povo. Os homens são os produtores de suas representações, de suas idéias e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formações mais desenvolvidas. A consciência (*Bewusstsein*) não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente (*bewusst Sein*) e o ser dos homens é o seu processo de vida real. (MARX/ENGELS, 2007, p.93-4)

O próprio autor nos indica a complexidade da relação entre as formações ideais e a base econômica, entendendo-a como decorrente de mediações múltiplas que se colocam entre a objetividade posta pelo modo de produção material, a configuração da sociedade civil e a subjetividade dos indivíduos sociais.

Uma vez compreendido o alcance do texto marxiano, segundo o qual a produção material da vida não tem o sentido restrito de produção da existência física, mas sim o sentido de produção de um dado modo de existência, torna-se claro o reconhecimento do caráter social das formações ideais, incluindo o campo da normatividade, com seus princípios e valores.

Isso nos leva a outro aspecto importante, que é o fato de Marx pouquíssimas vezes se debruçar sobre a questão moral. Essa ausência se compreende exatamente como decorrência do fato de que a análise de Marx é no sentido de desvendar a razão de ser de uma dada forma de sociabilidade, incluindo aqui as suas formas de consciência.

Os valores morais são desvendados por Marx como produtos histórico-sociais, na medida em que “os mesmos homens que estabelecem as relações sociais de acordo com a sua produtividade material, produzem também os princípios, as ideias, as categorias, de acordo com as suas relações sociais.” (MARX, 2009, p.126)

Têm, portanto, a sua gênese na forma determinada da sociabilidade estruturada a partir de uma dada base econômica. O que significa dizer que expressam as condições dessa forma de existência social bem como as suas limitações, como Marx demonstra ao analisar a relação da moralidade com a economia ou ao analisar o conteúdo dos direitos expressos na Declaração dos direitos do homem e do cidadão. O que significa dizer ainda

que, enquanto expressões ideais das relações reais, “são *produtos históricos e transitórios*” (MARX, 2009, p.126), na medida em que tais relações também o são.

De forma sintética, podemos observar que Marx nos deixou uma análise da moralidade que explicita a gênese social dos conteúdos normativos, dos valores e princípios que regulam a vida social a partir de sua correspondência com as relações concretas da existência social, correspondência que não se dá de forma imediata e epifenomênica, mas que envolve uma série complexa de mediações.

No entanto, não figura na sua obra o desenvolvimento de uma ética como reflexão sobre os elementos envolvidos na resposta individual a um dado conjunto normativo, no sentido de sua adesão ou crítica. A referência aos aspectos determinativos da vontade, da liberdade, do valor e do dever-ser que orientam a ação individual se dá de forma fragmentada, não constituindo uma preocupação central do autor.

Há claramente, em seus textos, a recusa de uma ética prescritiva, de caráter apriorístico, o que se justifica em função da natureza de sua investigação. A contundência de tal recusa se pode verificar na passagem em que o autor afirma:

Os comunistas não pregam nenhuma *moral* [...] Eles não confrontam as pessoas com esta exigência moral: amai-vos uns aos outros, não sejais egoístas, etc.; ao contrário, eles estão bem cientes de que, sob determinadas condições, o egoísmo, tanto quanto a abnegação, é uma forma necessária da imposição aos indivíduos. (MARX/ ENGELS, 2007, p.241-42).

A partir dessa interdição de uma formulação apriorística de princípios e valores, compreende-se que os valores morais são elucidados como alternativas possíveis à afirmação dos indivíduos em circunstâncias bem determinadas. Isso significa que a colocação das possibilidades individuais como centro axial das inter-relações entre o econômico e o extra-econômico se dá, na análise marxiana, numa perspectiva objetivo-ontológica, ou seja, a partir da consideração de sua efetividade no mundo.

O desenvolvimento dessas indicações será retomado por Lukács em seu projeto de esclarecimento das categorias fundamentais para a compreensão materialista da ética.

2. LUKÁCS: O PROJETO DE UMA ÉTICA A PARTIR DE MARX

A partir do momento em que Georgy Lukács se aproxima do marxismo, ele o faz de uma forma peculiar, que o distingue desde o início das leituras que, de uma forma ou outra, limitavam o pensamento de Marx à compreensão de um aspecto da realidade social, caracterizando um Marx economista, um Marx cientista político ou social, um Marx revolucionário, etc.

Diferentemente, Lukács compreendeu a obra de Marx como uma leitura ontológica da realidade social, ou seja, como uma expressão teórica dos princípios e nexos fundamentais do ser social, articulados de forma a compor uma totalidade dinâmica. O estudo das relações entre os diversos complexos que formam a totalidade social passa a ser o objetivo teórico de Lukács nos seus últimos anos de vida, esforço que resulta em uma *Estética* e em uma *Ontologia do ser social*, obras finalizadas respectivamente em 1960 e 1968.

A sua trajetória intelectual foi marcada por grandes inflexões, sobretudo a que marca a passagem de seu pensamento de juventude, alinhado às ciências do espírito do início do século XX, à sua filiação ao pensamento marxista.

O que caracteriza, no entanto, o conjunto de sua obra, é a preocupação ética que, de uma forma geral, se traduz pela busca de uma possibilidade de expressão autêntica do indivíduo em meio aos estranhamentos da vida social.

No primeiro momento de sua produção, expressa uma concepção ética trágica, marcada por uma visão desesperada da realidade, em virtude da percepção da dualidade intransponível entre a esfera dos valores tomados abstratamente e a concretude da vida social, do abismo entre a vida cotidiana e o imperativo ético de caráter formal e apriorístico, da percepção da condição atomizada do indivíduo em meio a uma vida social exterior e constrangedora.

O momento após a adesão ao marxismo se caracteriza, em clara contraposição a esse período inicial, por uma tentativa de explicitação dos nexos reais da vida social, das relações entre a vida prática cotidiana e o conjunto das expressões ideais que a tornam

inteligível. O marxismo é visto por Lukács como alternativa teórico-prática a uma epistemologia conservadora que o imobilizava no interior de categorias abstratas.

A compreensão de que a reflexão marxiana constitui os fundamentos de uma ontologia do ser social sobre bases materialistas possibilitou-lhe o desenvolvimento de questões relativas à moralidade e à ética, entre as quais a da constituição da individualidade frente à objetividade social, sobretudo em sua última fase, a da elaboração de *Para uma ontologia do ser social*.

A necessidade de uma ontologia foi tida pelo autor como uma condição imprescindível para a compreensão dos princípios mais gerais de uma ética, enquanto elementos envolvidos tanto na determinação dos valores morais quanto na determinação da vontade. Nesse esforço, Lukács reitera a compreensão marxiana acerca da gênese social dos conteúdos da moralidade objetiva, e avança na tentativa de pensar o lugar da dimensão ética no posicionamento dos indivíduos frente à realidade social e em seu significado e peso na transformação social.

Sua intenção era a constituição de uma ética materialista, que pudesse responder aos impasses relativos a uma hipostasiação dos valores, tidos como eternos e universais, por um lado, e a posição subjetivista que reduzisse o estatuto dos valores à mera escolha subjetiva, por outro lado. Tinha uma profunda consciência da dificuldade de se tratar dessa questão ao largo dos encaminhamentos relativos à elucidação das categoriais que constituem o ser social. Por isso, não raras vezes, encontramos passagens nas quais Lukács se refere à intenção de uma melhor abordagem dessas questões no que seria o exame da ética, o que nos foi deixado inconcluso.

De toda forma, os lineamentos deixados por ele nos permitem uma compreensão dos fundamentos de sua reflexão ética, uma vez que tratou da gênese das categorias essenciais da vida ética oferecendo um entendimento que nos permite atravessar o conjunto de antíteses a respeito de categorias tais como a liberdade, o valor, o dever-ser.

O momento inaugural de uma ontologia do ser social é, segundo Lukács, o trabalho, definido como a atividade na qual se tem o pôr teleológico primário, elemento que diferencia os âmbitos do natural e do social. Se o trabalho é condição essencial e ineliminável do intercâmbio entre o homem e a natureza, Lukács identifica, a partir das

considerações de Marx, o trabalho como a protoforma de toda a atividade humana, na medida em que este inaugura o ser social.

A consideração do trabalho como protoforma das demais relações sociais é feita em função do reconhecimento dos elementos comuns que se colocam quando das decisões em qualquer nível de complexidade: o reconhecimento da causalidade e do pôr teleológico.

As categorias da teleologia e da causalidade, que na tradição filosófica são enrijecidas em sua antítese lógica, são reconsideradas pelo autor em sua dinamicidade a partir das ações humanas concretas, de forma a constituírem, em sua heterogeneidade, a base compreensiva do agir humano. Diferentemente da causalidade pura do ser natural, nesse complexo, “o pôr de um fim inverte esse andamento: o fim vem (na consciência) antes da sua realização e, no processo que orienta cada passo, cada movimento é guiado pelo pôr do fim (pelo futuro)” (LUKÁCS, 2013, p.98), atuando sobre a causalidade natural na constituição de uma “causalidade posta”.

O que é necessário destacar no procedimento do autor, e que nos parece em perfeita sintonia com o pensamento de Marx, é o tratamento que esta abordagem ontológica possibilita à questão da liberdade na medida em que se ultrapassa definitivamente a consideração abstrata da liberdade. A liberdade nas relações sociais, assim como no trabalho, se coloca no interior da relação mais originária e ineliminável entre o reconhecimento da causalidade e o pôr teleológico dos sujeitos sociais.

Todas as práticas sociais, por mais complexas que sejam, se assentam sobre essa relação entre causalidade e teleologia. A noção abstrata de liberdade cede lugar aqui ao entendimento da liberdade enquanto decisão subjetiva individual frente a essa relação, no sentido de procurar fazer valer determinadas posições teleológicas futuras.

O que Lukács intenta, através da análise do trabalho, é demonstrar como as categorias fundamentais da vida social têm ali sua origem, de forma a não dissociar os planos da materialidade e da vida espiritual no ser social, tal como se observa nas filosofias idealistas.

Da análise do trabalho, em seu sentido mais geral, como produtor de valores de uso, Lukács extrai uma série de esclarecimentos acerca dos atributos propriamente sociais, daquelas novas categorias que se fazem presentes apenas quando da passagem do ser orgânico ao ser social.

O autor encaminha sua reflexão no sentido de demonstrar a gênese do dever-ser e do valor - duas categorias estreitamente relacionadas - no processo de trabalho, quando, ao lidar com a objetividade natural, o homem projeta e realiza uma objetividade para-nós, moldando o que se deseja a partir de um ser em si que porta determinadas potencialidades.

O valor se refere ao que é desejável enquanto ser-para-nós. É apenas no ser social, na inter-relação entre a consciência que coloca um pôr teleológico e a natureza minimamente conhecida em seus nexos causais, que surge o ser-para-nós. O valor, nesse sentido, está presente no produto como idealidade que pode ser objetivada através de comportamentos pautados por um dever-ser.

O valor influi na posição do fim desejado, está em relação estreita com o pôr teleológico e com o julgamento que se faz acerca do produto alcançado (se é provido ou desprovido de tal valor). É uma categoria puramente social, desconhecida nas esferas naturais, uma vez que o valor está relacionado ao pôr teleológico, atividade subjetiva por excelência, em sua conjugação com a objetividade.

Já o dever-ser atua como regulador da práxis, orientando-a rumo à obtenção daquele valor. Atua como mediação no processo de trabalho, ajustando o comportamento ao fim almejado e informado pelo valor. Mas o ponto mais interessante dessa observação de Lukács é que isso não se refere apenas aos procedimentos técnicos implicados na relação com as objetividades no sentido de torná-las “para-nós”, mas também e fundamentalmente ao comportamento do indivíduo em relação a si mesmo.

O domínio de suas faculdades, o autocontrole sobre suas forças essenciais, a disciplina frente ao processo de trabalho para atender ao fim almejado, são fatores fundamentais no processo de vida social, de interação dos indivíduos entre si, de tal forma que Lukács afirmará a origem da liberdade como decisão entre alternativas que se encontra primariamente na atividade do trabalho, como decorrente desse domínio das faculdades e transformação da natureza interior dos indivíduos, como elementos que de fato atualizam a decisão, a tornam efetiva enquanto ação no mundo.

Como afirma o autor, “o dever-ser no trabalho, desperta e promove certas qualidades dos homens que mais tarde serão de grande importância para formas da práxis mais desenvolvidas, é suficiente recordar o domínio dos afetos.” (LUKÁCS, 2013, p.104-5)

Lukács contribui para superar a dicotomia entre a esfera dos valores morais e estéticos, tidos como superiores - e, a bem dizer, como o verdadeiro lugar do humano - e a vida prática cotidiana que se edifica sobre a necessidade eterna do trabalho, e do trabalho socialmente determinado. Remete ao que era inefável e puro no reino das idealidades a sua gênese ontológica, de forma a tornar explícitas as relações ocultas que se estabelecem no âmbito do ser social. O autor contrapõe-se assim às filosofias idealistas que, negligenciando a relação entre as instâncias da vida social, autonomizam a esfera da moralidade e pretendem enfatizar o pólo da consciência sobre o da necessidade.

Nas formas mais espiritualizadas das relações humanas, essa premissa ontológica permanece, ou seja, o valor se realiza no agir que, por sua vez, pressupõe uma objetividade social dada. O valor, para se realizar, necessita de uma substancialidade social, sem a qual o próprio estabelecer do que sejam valores perde o seu chão.

Sua análise é objetivo-ontológico, o que significa dizer - como ele mesmo o faz em várias passagens - que remeter a esfera dos valores à base da reprodução material da vida não significa em momento algum um procedimento reducionista. A este respeito, é importante ressaltar a diferença que o autor estabelece entre o que seja prioridade ontológica e momento preponderante.

A prioridade ontológica se refere ao fato de que, no interior de um complexo, um momento tenha a primazia ontológica em relação ao outro. Trata-se, nesse caso, tão somente, de identificar a gênese e a relação de dependência entre as instâncias do ser social.

Já o momento preponderante diz respeito ao fato de que, em uma configuração específica, um fator possa vir a se tornar mais determinante em relação a outro.

Esse esclarecimento é fundamental para a compreensão do lugar da ética na totalidade do ser social na perspectiva de Lukács. A identificação da gênese dos elementos implicados na vida ética na esfera da reprodução material não significa, em nenhum momento, o rebaixamento da importância dos valores e do dever-ser na condução da vida humana. Ao contrário, a identificação de tal gênese não retira o sentido do elemento ético e sim o torna mais compreensível. E, no caso de Lukács, a sua reflexão aponta para a possibilidade da regulação da causalidade em vista da teleologia.

Afirmado, assim como Marx, a categoria da teleologia como sendo específica e restrita aos indivíduos humanos, e estes como indivíduos sociais, a filosofia lukácsiana

reserva às decisões individuais e às ações derivadas destas no sentido de sua expressão social, o papel de enfrentamento dos estranhamentos objetivamente fundados nas relações próprias de uma dada forma de sociabilidade. No que se refere à esfera fenomênica das relações interpessoais que se desencadeiam na vida cotidiana, tem-se que os traços individuais dos homens singulares imprimem nuances significativas do ponto de vista moral. A deliberação individual a partir da eleição de um valor frente a outros, torna-se um elemento essencial na reprodução ou transformação de uma substancialidade social.

A questão de fundo ético na perspectiva lukácsiana é a possibilidade da transcendência individual frente à espontaneidade da vida cotidiana, marcada pela inconsciência do processo dúplice de construção de si e do gênero, à consciência que caracterizaria o gênero para si. A sua intenção era trazer à tona

a verdade mais profunda do marxismo: tornar-se homem do homem como conteúdo do processo histórico, que se efetiva – de modo muito variado – em cada vida humana singular. Assim, cada homem – não importa com que grau de consciência – é um fator ativo no processo total, cujo produto ele é ao mesmo tempo: aproximação da genericidade na vida individual é a real convergência de ambos os caminhos evolutivos reais inseparáveis. (LUKÁCS, 1999, p.170)

Desentranhar essa possibilidade nos contornos de uma ontologia do ser social é a tarefa a que Lukács se propõe e que recebe seus lineamentos mais consequentes no capítulo sobre os estranhamentos em *Para uma ontologia do ser social*.

A análise do estranhamento é referida exatamente ao fato de que o desenvolvimento sócio-econômico dispõe as condições do desenvolvimento genérico dos indivíduos entre si, processo acelerado, sobretudo, pela necessidade do mercado mundial, mas tal genericidade permanece de forma inconsciente, constituindo uma genericidade em si.

O estranhamento é compreendido como o abismo que se instaura objetivamente entre o desenvolvimento social e o desenvolvimento individual, de forma a que a genericidade humana permaneça concretamente no nível da abstração. O mesmo desenvolvimento da forma da sociabilidade, que permitiu a emergência dos indivíduos, contém em si a possibilidade também do estranhamento. Em linhas gerais, tem-se a seguinte formulação:

O desenvolvimento das forças produtivas é necessariamente ao mesmo tempo o desenvolvimento das capacidades humanas. Contudo – e nesse ponto o problema do estranhamento vem concretamente à luz do dia -, o desenvolvimento das capacidades humanas não acarreta necessariamente um desenvolvimento da personalidade humana. (LUKÁCS, 2013, p.581)

Este é o ponto dramático do desenvolvimento social até então. Longe, porém, de uma postura nostálgica ou capituladora diante da realidade, a proposição de Lukács tematiza a passagem da generidade em si à generidade para si, como uma possibilidade a ser perscrutada a cada momento, possibilidade que, no plano individual, passa pela superação da mera particularidade, orientada por um dever-ser que se insurge contra o espontaneísmo de uma vida estranhada.

O seu encaminhamento é no sentido de sustentar a possibilidade de um posicionamento pessoal vigoroso e expressivo frente às questões que afetam o nosso cotidiano, expressão que se daria através das alienações (*Entäusserungen*), agora no campo das relações mais espiritualizadas, que traduziriam o caráter de cada indivíduo. Quanto a esse aspecto, Lukács empreende uma caminhada original, ao pensar a alienação como momento de retroação sobre a subjetividade, de forma a dissociar, ao contrário da análise marxiana acerca do trabalho, alienação e estranhamento.

Importa sublinhar que, no âmbito em que se registra a reflexão de Lukács, qual seja, nos traços categoriais mais gerais do ser social, ele trabalha a partir da condição do trabalho como produção de valor de uso, o que autoriza essa distinção entre as categorias *Entäusserung* e *Entfremdung*, ao passo que Marx aproxima essas categorias na medida em que reflete sobre o trabalho sob o capital.

Embora não possamos desenvolver essa questão nesse momento, importa frisar que a insubmissão de Lukács a uma leitura da realidade que unilateraliza a necessidade do ser social tendo-a como uma necessidade de caráter lógico e exclusivo, e o empenho em elucidar o lugar que a teleologia tem na dinâmica social atual, visam a preparar o terreno sobre o qual a teleologia possa e deva vir a cumprir um papel mais significativo em uma sociedade: “A teleologia, de simples momento de um desenvolvimento social cuja dinâmica é causal-legal, termina por se tornar a categoria central, ainda que sem cancelar o caráter causal-legal do processo em si.” (LUKÁCS, 2008, p.113-14)

Sem violentar a relação entre causalidade e teleologia, o esforço de Lukács é mostrar a possibilidade de uma nova constelação de complexos do ser social na qual a teleologia possa se tornar o momento predominante na vida social, de forma que as relações não ocorrem às costas de seus agentes, como no capitalismo, mas que o desenvolvimento econômico se ponha a “serviço dos interesses superiores do gênero humano.” (LUKÁCS, 2008, p.114).

REFERÊNCIAS

ALBINATI, Ana Selva C.B. Ontologia do ser social: considerações sobre o valor e o dever-ser em Lukács. In VAISMAN, Ester/VEDDA, Miguel (Org.). **Estética e Ontologia**. São Paulo: Alameda, 2014, p.123-137.

CHASIN, José. Marx: **Estatuto ontológico e resolução metodológica**. São Paulo: Boitempo, 2009.

LUKÁCS, Györg. **Pensamento vivido: autobiografia em diálogo**. Tradução de Cristina Alberta Franco. São Paulo: AdHominem/editora UFV, 1999.

LUKÁCS, Györg. **Táctica y ética: escritos tempranos (1919-1929)**. Tradução e notas de Miguel Veda. Buenos Aires: El cielo por asalto, 2005.

LUKÁCS, Györg. O Processo de democratização. In COUTINHO, C.N./ NETTO, J.P. (Org.). **Socialismo e democratização: escritos políticos 1956-1971**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 2008.

LUKÁCS, Györg. **Para uma ontologia do ser social**. v. I. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Mário Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, Györg. **Para uma ontologia do ser social**. v. II. Tradução de Nélio Schneider, Ivo Tonet e Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Artur Morão. Lisboa: edições 70, 1989.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Maria Helena B. Alves. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Tradução de Leonardo de Deus e Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, K/ ENGELS, F. **A ideologia alemã.** (Tradução de Rubens Enderle, Nélío Schneider e Luciano C. Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia:** resposta à filosofia da miséria do Sr. Proudhon. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Expressão Popular, 2009.